

CAPÍTULO XIII

A IGREJA – SEUS ATRIBUTOS E FUNÇÕES

Onde existe a verdadeira fé, aí há novo nascimento: e onde há novo nascimento, aí está a igreja. – Adam Pastor, o Anabatista

Sob a expressão “igreja”, a concepção romana mistura ao conceito de um grupo de crentes a falsa concepção de personalidade, de que promanam as leis cristãs e por intermédio da qual se faz a dispensação dos sacramentos. Fala-se e pensa-se da igreja como quem realiza atos e confere graça salvadora. Como um indivíduo, ela manda, ela batiza, ela ensina. Quando Calvino, em sua obra sobre a Reforma da Igreja, fala da especiosa palavra “igreja”, tem em mente aquela concepção antiescriturística. Quando o protestante atribui à igreja funções ativas, ele fala metaforicamente. Para ele a igreja não administra os sacramentos, como se fora uma entidade vital, separada do corpo de crentes. Os sacramentos são administrados entre os crentes que compõem a igreja.

Para evitar confusão entre a igreja, como uma corporação de crentes, e, ao mesmo tempo, uma personalidade funcionando à parte, a comunhão romana discrimina entre a “igreja docente” e a “igreja crente”, ou entre “a igreja que consiste dos que governam, ensinam e edificam” e “a igreja que recebe ensino, direção e sacramentos”. Em vista de tal definição, quando alguém fala de igreja, pode querer significar o sacerdócio ou pode querer significar a comunhão romana. Justificando a distinção, Straub - 1:10 – cita Atos 15:4: “eles foram recebidos pela igreja e pelos Apóstolos e principais”. Filipe IV tinha em mente a falácia da distinção, quando replicou a Bonifácio que a igreja se constitui de leigos, assim como de clérigos.¹

Tão facilmente se ilude o espírito com uma palavra usada em duplo sentido, que, durante a Idade média, o pontífice romano e os cardeais eram com frequência tomados como se fossem a igreja. Esse conceito popular tanto se espalhou, que Marcílio, Wyclif e Huss, e mais tarde Lutero, Hooper e outros Reformadores Protestantes, repetidamente protestaram contra ele. “O povo – disse Wyclif – entende por igreja romana o papa e os cardeais, a quem todos os demais precisam obedecer” – *de eccl. V*. Muito antes, já Tertuliano – *de pud.* – estava em guarda contra semelhante erro, quando afirmou que “a igreja não é a corporação dos bispos”. Replicando a Lutero,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Prierias – Erlang ed. 1:346 – distinguiu três corporações que se tratavam pelo nome de “igreja”. A igreja, dizia ele, “é essencialmente a companhia de todos os que crêem em Cristo; virtualmente, é a igreja romana, que é a cabeça de todas as igrejas e o supremo pontífice; e representativamente, o colégio de cardeais, embora em sentido diverso do em que Cristo é a cabeça da igreja”. Quando o padre dominicano empregou a palavra “virtualmente”, ele se referia ao exercício do poder. A distinção entre a “igreja docente” e a “igreja crente”, tem sido comparada à distinção que há entre “o governo e o povo dos Estados Unidos”. A analogia decepciona, porque o governo dos Estados Unidos é o próprio povo funcionando através de seus representantes escolhidos. Na comunhão romana, a “igreja docente” é um corpo à parte, que atua independentemente do povo e não é responsável perante o povo.

I. Os atributos da Igreja. – Quatro atributos foram assinalados à igreja pelo Credo Niceno, no artigo: “Creio em uma igreja única, santa, católica e apostólica” – o que vem a ser unidade, santidade, catolicidade ou universalidade e apostolicidade. Protestantes e romanistas igualmente pretendem esses atributos, com a diferença de que a igreja romana os reivindica exclusivamente para si mesma, enquanto que os protestantes não os recusam à comunhão romana. Nenhuma dessas qualidades expressamente se une à palavra igreja no Novo Testamento. A expressão que mais se aproxima disso é a declaração de Pedro, que chamou aos cristãos “uma nação santa”. O único predicado expressamente atribuído à igreja pelo Novo Testamento é o de “gloriosa”. Na consumação final, Cristo apresentará a si mesmo “uma igreja gloriosa, sem mácula, ou defeito, ou qualquer outra coisa”. Efé. 5:27. Passaremos a examinar os quatro atributos, um por um.

§ 1. Unidade.- A unidade pretendida pelo Catecismo Tridentino e pelos teólogos romanos vem a ser solidariedade exterior, baseada na uniformidade de definição doutrinária, governo papal e rito. O cardeal Gibbons afirma que “Cristo queria que sua igreja tivesse uma doutrina em que todos os cristãos se comprometessem a crer e um governo uniforme a que todos lealmente se devotassem”. O cardeal também dá ênfase ao culto comum praticado pelos católicos romanos, quer eles estejam em Melbourne, em S. Francisco ou em Roma, “todos assistindo ao mesmo sacrifício da missa”. O principal critério de unidade, expresso desde o cardeal Sadolet e Prierias até Leão XIII e Straub, é a obediência implícita ao pontífice romano. Os protestantes colocam a unidade cristã na disposição interior, pela qual Deus é chamado Abba Pai, no

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

confessar a Cristo como Senhor e Salvador e na aceitação das Escrituras como regra de fé e prática. O protestantismo diverge do romanismo, concedendo certa soma de liberdade individual nas formas externas da devoção religiosa e no governo da igreja, e segue a S. Paulo, que fala da “unidade do Espírito e de um Senhor, uma fé, um batismo, um só Deus e Pai de todos – Efé. 4:5. Quando o bispo de Rochester enunciou a proposição: “A igreja é uma, tendo uma cabeça, o papa, que é o vigário de Cristo”, Tyndale com razão replicou: “Como é que Rochester não permite sejamos chamados uma congregação, em razão de um Espírito, um Evangelho, uma fé, uma esperança e um batismo, tão merecidamente quanto os outros o sejam por causa de um papa?” – *Obediência do Cristão*, pág. 212.

As objeções de que o Protestantismo se acha dividido em famílias e que essa divisão torna impossível que os protestantes repitam com sinceridade o artigo Niceno, são grandemente alardeadas pelos escritores romanos. O cardeal Gibbons, por exemplo, se estende sobre “a multiplicidade de seitas nos Estados Unidos, com suas recriminações mútuas, sendo essa multiplicidade o escândalo do Cristianismo e o maior obstáculo à conversão dos pagãos”. O protestante responde que a distribuição em famílias não implica necessariamente em conflitos e querelas; de outro modo os diferentes Estados da República Americana viveriam sempre querelando. Os olhos não estão em discórdia com os ouvidos, e eles são do mesmo corpo. A figura de corpo, usada por Paulo, não implica em uniformidade. Unidade não é monotonia. A unidade e a variedade são bastante coerentes. Se não fosse assim, não haveria florestas compostas de uma diversidade de árvores – olmos, acerríneas, faias – todas brotando do mesmo solo e recebendo a luz do mesmo sol. Faz muito tempo que Isaac Barrow disse que a unidade da igreja é semelhante à unidade da humanidade – *Obras*, 6:501. O gênero humano por toda a parte participa da “racionalidade comum” e todos os homens têm sinais que os distinguem como pertencentes à família humana, a despeito das diferenças de linguagem. Calvino encarou o assunto desta maneira: “Eu na verdade admito que terrível vingança de Deus impende sobre todos os que tomam a seu cargo violar a unidade da Igreja; mas, que maior violação da unidade pode ser produzida do que quando se adultera a pureza da doutrina e Cristo, por assim dizer, é, em consequência, reduzido a pedaços?” O reformador, que estava escrevendo a Paulo III, acrescentou: “Quem, a não seres tu, Farnese, é o autor e sumo sacerdote de tal desmembramento?”

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

A aceitação de dogmas que se não encontram nas Escrituras, como a infalibilidade papal e a recusa do cálix aos leigos, pode unir os católicos romanos, mas não pode perturbar a união dos cristãos com Cristo, porque Cristo jamais ensinou dogmas. Quanto à paz, que é a resultante da real unidade espiritual, a história exhibe muitas violações dela na comunhão romana. Tem havido rivalidade entre as ordens monásticas e amargas disputas no seio das diversas ordens, como na ordem de S. Francisco de Assis, a propósito da regra de pobreza completa. Cerca de 1650, a origem da ordem dos Carmelitas motivou amarga discórdia entre seus membros e os jesuítas. Os Carmelitas sustentavam que tinham tido a Elias como seu fundador. A discussão aberta terminou quando Inocêncio XII ordenou que as ordens se mantivessem em silêncio, até que a cátedra papal pudesse proferir uma decisão – coisa que ainda não aconteceu. Os jesuítas têm tido seus altos e baixos na igreja e seus castigos às mãos dos pontífices, em razão das discórdias que eles andaram semeando por terras cristãs e pagãs. Têm havido disputas entre teólogos romanos, desde a bulha entre os seguidores de Tomaz de Aquino e os de Duns Scotus, até as querelas entre os aderentes do Galicanismo e do Ultramontanismo em França, e entre os Infallibilistas e os Velhos Católicos, e os Modernistas e os Medievalistas, em tempos mais recentes. As divergências em matérias não essenciais podem ser indício de vitalidade. O movimento evita a estagnação. Depois de tudo, as presentes variações dos Protestantes, sobre as quais tantos controversistas romanos – que não são Bossuets – se estendem a perder de vista, não são tão más. A fraternidade prevalece muito mais entre as corporações protestantes do que a divisão. A diferença entre o espírito da escola de Bossuet e o espírito da escola do Arcebispo Fenelon foi muito mais pronunciada do que as diferenças que hoje separam Metodistas e Presbiterianos, Congregacionalistas e Batistas, e outras comunhões protestantes. Bossuet recorreu ao papa para obter a condenação de seu piedoso oponente e conseguiu o que desejava. Nenhum metodista digno procuraria a condenação de um presbiteriano, ou buscaria o presbiteriano a condenação de um batista.

Unidade de espírito e propósito é uma coisa; uniformidade da corporação cristã, outra. Uma é obediência a Cristo; a outra é obediência a um sistema humano. Duas famílias não têm de habitar sob o mesmo teto para que desfrutem do sol e do ar e para que vivam juntas em consonância. É certo que Pedro e Paulo tinham divergências e escolheram campos de trabalho diferentes. Os protestantes sustentam que há unidade

onde haja obediência a Cristo; o romanista pensa que há unidade onde haja obediência ao papa. Leão XIII em sua encíclica sobre a unidade da igreja, acompanhou seus predecessores, Bonifácio VIII e Leão X, ensinando que a unidade de comunhão – *unitas communionis* – acompanha a unidade da fé e a unidade de governo – *unitas regiminis* – pelos quais se entendem o sistema doutrinário romano e o governo papal. A *Enciclopédia Católica*, em seu artigo sobre a igreja, representa o Protestantismo como “uma Babel de organizações religiosas e corporações rivais, cujas doutrinas são contraditórias”. Os protestantes negam a imputação e asseguram que, em matérias claramente expressas nas Escrituras, eles concordam; e as matérias em que divergem, tais como forma de administração e métodos de batismo, são negócios pequeninos, que não afetam o caráter cristão e a unidade espiritual.

§ 2. Santidade.- De santidade, segundo atributo da igreja, nem a comunhão romana, nem a comunhão protestante, possuem qualquer excesso de que se possam gabar. A velha interpretação do Cântico de Salomão: “Tu és formosa, meu amor; e em ti não há defeito”, como profecia acerca da igreja, pode ainda subsistir para os que preferem a alegoria à história, mas S. Paulo foi contra isso, quando implicitamente asseverou que, na presente dispensação, a igreja tem “rugas e defeitos”. O que faz santa a igreja? O dr. Milner responde: “Sua doutrina”. A própria razão, diz ele, no entanto assegura que “o Deus da pureza e santidade não poderia instituir uma religião desprovida de santidade”. O doutor tinha razão, mas a religião é uma coisa e outra coisa é o organismo romano. O Decálogo era um bom Código religioso. Israel o possuía, mas Israel não possuía bondade ou religião de que se gloriar. As igrejas da Ásia Menor, assim como as de Corinto, tinham os Apóstolos como seus superintendentes, eram organizações cristãs e foram, todavia, acusadas de indiferença e de ofensas positivas à lei de Cristo. Se é “razoável” que Deus tivesse feito a igreja santa, não é igualmente razoável que ele houvesse feito santo o papado, instituição que os romanistas admitem ser de origem divina. Santidade como ideal é uma coisa; santidade como qualidade inerente, outra; e esta só pertence à Igreja Triunfante.

É interessante acompanhar as evidências apresentadas pelos escritores católicos romanos, em abono da santidade da comunhão romana. Straub, por exemplo, exhibe a santidade de muitíssimos de seus membros, os méritos excepcionais de muitos dentre eles e o serem dotados de poderes miraculosos. O cardeal Gibbons, em notável passagem, assegura que é absurdo atribuir o predicado de santidade a seja o que for que

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

não seja a igreja romana. Só ela possui verdadeiros livros devocionais, como as obras de Tomaz à Kempis e Rodriguez, o último sendo comparado com o *Peregrino* de Bunyan – em detrimento deste. Ela possui muitas personalidades santas em seus quadros e, comparados com ela, os registros protestantes não contêm um único santo. Cincoenta anos antes do cardeal, já o dr. Milner evocava a grande parada dos santos romanos e os comparava em religião e moralidade aos protestantes, por exemplo: o cardeal Fisher com o arcebispo Cranmer e Maria, rainha da Escócia, com Isabel. Dos partidários que ele chamava “ímpio e imoral sistema de Calvino, tais como os Wesleyanos, e Morávios, e os Tremedores”, exclamava: podiam ajudar, mas para que alguém fosse mau” De passagem, ao dr. Milner podia ter ocorrido colocar lado a lado: cardeal Wolsey e o bispo Latimer; Luiz XIV e Washington, Clemente VII e o general Booth; ele não quis, entretanto, obrigar o polemista a ir além de uma lista reduzida, quando se aduziam referências históricas.

Ao catálogo de santos e mártires romanos, o dr. Gibbons acrescenta a companhia das virgens consagradas, com seus santos ministros e sacerdotes vivendo em celas, não tendo o Protestantismo nada a mostrar parecido. Muito infiéis à história e descorteses seriam os protestantes se se dispusessem a negar a elevada devoção e a grande piedade que se têm mostrado na comunhão romana. Eles não regateiam aplausos a Tomaz à Kempis, nem recusam bondade ao cardeal Fisher. Por outro lado, não compreendem porque a maternidade fiel não tenham lugar no rol de santidade, nem porque não se acharia lugar, nas tábuas de estatística religiosa, para homens como João Eliot, o apóstolo dos índios da Nova Inglaterra; Henry Martin, apóstolo da Índia; Livingstone, apóstolo da África, e mulheres como Isabel Fry, Florence Nightingale e Frances Willard, todos protestantes. O Catecismo de Keenan ensina que a igreja protestante é ímpia, porque ela “ensina que Deus é o autor do pecado”, e fala da “debochada Igreja da Inglaterra”, e da “coisa entumecida chamada Igreja Inglesa”. O Protestantismo, assevera o Catecismo, “é uma forma absurda de heresia, descendo do Metodismo até o Modernismo, que são emanações mal cheirosas que necessariamente se escapam de seus progenitores em decadência”. Tais apreciações, feitas em tempos recentes, podem emparelhar-se com os nomes dados pelos antigos protestantes à igreja de Roma. Ambos os modos de expressão devem ser repudiados, como relíquias do passado e curiosidades da irritação polêmica. Nada mais se pode dizer do caráter moral de uma comunidade cristã, ou da igreja como um todo, do que pode ser dito com justiça

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

do caráter daqueles que a compõem. A resistência da corda está na proporção da fortaleza de suas fibras. Os cristãos foram chamados para serem santos. Eles ainda não o são. A santidade da igreja consiste em sua obediência aos apelos feitos no sentido de buscar a santidade. Tendo sido perguntado a Pedro Cartwright se ele era santificado, respondeu: “Sim, mas em manchas”. O mesmo se dá com a igreja, romana ou protestante. É santa, na proporção em que o são seus membros. É santa, porque seus membros receberam o mandamento de serem santos, como disse Deus: Sede santos, como eu sou santo”.

§ 3. **Catolicidade.**- O termo católico quer dizer “universal”. Não foi empregado pelos escritores do Novo Testamento. A expressão que mais se lhe aproxima é: “toda a igreja”, usada em referência à corporação inteira de cristãos ou a uma comunidade particular, como a de Corinto – Rom, 16:23, I Cor. 14:23. Faz muito tempo que Wyclif deduziu do termo *católico* um sinal de ignorância, tendo sua origem no orgulho – *de eccl.* p. 39. O cardeal Gibbons limita a palavra “católico” à comunhão romana e os fundamentos que ele apresenta são seu número superior, sua distribuição geográfica, e pretensa origem católica romana da igreja cristã em todas as terras. “Tão evidente é isto – afirma ele – que só a igreja romana mereça o nome de católica, que é ridículo negá-lo. Seus filhos são abundantes em toda a parte do globo. As igrejas protestantes, mesmo tomadas coletivamente, são demasiadamente insignificantes em matéria de números e demasiadamente circunscritas em sua extensão territorial, para que possam ter quaisquer pretensões ao título católico”. O cardeal computa o número de católicos romanos em quatro vezes o número de protestantes. Não discutindo a acurácia das cifras, o protestante responde que, como os Republicanos ou Democráticos podem ser minoria num Estado, entretanto, igualmente são cidadãos do Estado, assim os homens, se reconhecem a Cristo, ainda que inferiores em número, são da Igreja. Às vezes a minoria num estado recruta a parte mais inteligente da coletividade. Mesmo que o total protestante fosse imponderável, podiam ter suficiente graça e virtude cristã para ocupar posição proeminente em maio dos seguidores de cristo. Houve um tempo, nos dias de certo profeta hebreu, em que os praticantes da verdadeira religião estavam em minoria ínfima. Se sei insistir sobre o *test* geográfico, os protestantes, não menos que os romanistas, se acham em todas as nações da terra. Se se fizer o *test* pela linguagem, verificar-se-á que são imensamente mais as línguas em que o Sermão do Monte e os Evangelhos saem dos prelos protestantes do que dos romanistas.

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

A suposição de que o romanismo possa dizer em referência a todas as partes do mundo: “Ali estava eu primeiro”, se baseia, antes de tudo, no uso ambíguo de palavras, segundo as quais a igreja, até o século XVI, se identifica com a presente organização romana, confundindo-se as duas, e também no desprezo pelos fatos históricos. A pretensão geográfica, encarecida longamente pelo dr. Milner, assim como pelo cardeal Gibbons, é tão especiosa quanto pode sê-lo. Nasce desordenadamente da imaginação. O Evangelho foi levado a Samaria, Grécia e Egito antes que se começasse a falar de igreja de Roma. O Evangelho foi primeiro divulgado pela igreja de Jerusalém e pela igreja de Antioquia. Uma parte considerável da Europa oriental recebeu o Evangelho de Constantinopla e não de Roma. Nestes tempos modernos, os primeiros a levarem a religião de Cristo a certas partes do mundo foram os protestantes, como quando os ingleses se estabeleceram em Jamestown, o Mayflower na Inglaterra, os holandeses e huguenotes chegaram a Nova York, os quakers atingiram Filadélfia e os presbiterianos transpuseram os Alleganys. Os missionários protestantes foram os primeiros na implantação do Cristianismo no Labrador, nas ilhas dos mares do sul, entre tribos da África Central, na Austrália e em outras partes.

Em imaginário diálogo com um protestante, o dr. Milner estabeleceu a seguinte proposição: “Toda vez que um cândido protestante se dirige a Deus em culto, é forçado a repetir a cláusula: - *Creio na Santa Igreja Católica*; e, todavia, se se lhe perguntar: És um católico? – ele certamente responderá: Não; sou protestante. Houve jamais, entre criaturas racionais, exemplo tão fulgurante de condenação própria?” A maneira de o dr. Milner focalizar o caso leva suficientemente àquela conclusão. Suponhamos que o protestante replicasse: “Dr. Milner, sois cristão e repetiste a cláusula do Credo dos Apóstolos: *Creio na Santa Igreja Católica*. Sois um cristão católico romano, eu sou um cristão católico protestante”. O dr. Milner retrucaria: “Nunca ouvi falar, em toda minha vida, de um protestante católico ou de um católico protestante!” E atalha o protestante: “E eu nunca ouvi de uma versão do Credo dos Apóstolos que dissesse: *Creio na Igreja Católica Romana*”. Ser cristão e ser católico são uma e a mesma coisa, como em se tratando de nacionalidade, ser “americano” e “cidadão dos Estados Unidos” vêm a ser uma só coisa. Lutero alvitrou que o artigo do Credo fosse: “*Creio na Santa Igreja Cristã*”. Assim alterada a redação, o artigo significaria exatamente o que os Apóstolos tiveram em mente fosse a igreja. A mudança tornaria impossível qualquer trocadilho lógico, baseado no falso emprego da palavra *católico*.

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Uma excelente definição de catolicidade se dá na bizarra linguagem da Confissão Escocesa, de 1560, ao dizer o que a igreja é. “Uma igreja, que é também o corpo e esposa de Cristo Jesus, é igreja católica, isto é, universal, porque reúne os eleitos de todas as idades, de todas as nações, reinos e línguas”.

§ 4. Apostolicidade.- Este atributo faz a igreja remontar aos Apóstolos. Os protestantes e os católicos têm igual razão de reivindicar uma ascendência apostólica, na medida em que se conformam, em ensino e prática, à regra apostólica. Esse juízo teve um veiculador importante em Tertuliano, que disse – *de presb.* 32 – que as igrejas “que concordam com a mesma fé, são apostólicas, em razão da consanguinidade de doutrina”. Quando os católicos romanos discutem a apostolicidade, o nome “protestante” se trata como fatal. O cardeal Gibbons exclama: “Quem ouviu falar de uma igreja batista, ou episcopal, ou de qualquer igreja protestante, antes da Reforma?” Quem ouviu – poder-se-ia rebater – qualquer alusão a um *romanista* ou a um *católico romano* no Novo Testamento ou durante séculos após a morte de Pedro e Paulo?

Quando Lutero foi chamado a Roma por Leão X, ele o foi para responder pelo que havia dito “contra nosso supremo Senhor” – significando o papa – “e contra a santa igreja romana” – Smith; Cor. 1:107, 153. Se Lutero tivesse ido a Roma e explicado o que os Apóstolos estabeleceram no Novo Testamento, e Leão lhe houvesse atendido, a igreja que é agora romana seria protestante, embora não sob este nome. As partidos protestantes do século XVI, como já se disse, foram forçados a constituir, contra sua vontade, um distinto grupo cristão, como abelhas que voam para nova colmeia. Acusado de rebeldia e de renunciar a apostolicidade, Calvino colocou a questão nestes termos: “Verdadeiramente renunciamos à igreja em que não podemos ter nem a Palavra de Deus sinceramente ensinada, nem os sacramentos devidamente ministrados. Abandonamos a igreja como se encontra agora e não como era no tempo antigo, e assim saímos dela como saiu Daniel da cova dos leões e os moços saíram da fornalha ardente e, para dizer a verdade, fomos expulsos e amaldiçoados, como costumam dizer, com livro, campainha e vela, em vez de nos termos separados por nós mesmos”

Os protestantes e os católicos romanos do mesmo modo representam com honestidade e compreensão o artigo do Credo Niceno: “Creio em uma Igreja santa,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

católica, apostólica”, na medida em que Cristo seja o centro de sua confiança e esperança e sejam repelidas quaisquer opiniões e práticas que ele condena.

II. Funções da Igreja.- Na procura da verdadeira igreja, tão indispensável é que se determine se ela exerce funções vivificantes, como determinar quais sejam seus atributos e em que consistem. Quanto ao sistema romano, a igreja é representada a governar, ministrando os sacramentos, sendo a guardiã das escrituras e tendo o direito exclusivo de as interpretar, como se a igreja fosse uma personalidade distinta de seus membros, de modo a se afirmar que “ela”faz isto ou aquilo. Os protestantes acreditam que há grande perigo em tratar a “igreja” como se ela fosse uma pessoa distinta, dotada de faculdades e, embora seja difícil evitar que se trate a igreja como um organismo vital, como uma individualidade à parte, deve-se ensinar que a igreja nada mais é senão o corpo de cristãos, isto é, cristãos, poucos ou muitos, que se conduzam em obediência aos preceitos do Evangelho. Aqui serão consideradas as supostas funções da “igreja”, sendo que outras o serão no capítulo sobre o Ministério e o Sacerdócio.

§ 6. A igreja como intérprete da verdade Cristã.- A pretensão romana vai mais além – e transforma “a igreja” em intérprete exclusiva das Escrituras. Aqui outra vez se quer significar, pela expressão – “a igreja” – não a massa de cristãos, mas a “igreja docente” ou a hierarquia. Por outro lado, os protestantes sustentam que a todo cristão pertence o direito de interpretar as Escrituras por si mesmo. Esse direito de juízo privado, Lutero o tinha em mente no prefácio de sua tradução do Novo Testamento, ao escrever: “Seria conveniente colocar em circulação este livro sem prefácio de qualquer espécie e sem qualquer nome que não figure no texto, mas exatamente como ele é, nada sendo aduzido a seu título e conteúdo”. Foi de acordo com aquele princípio que, após a dieta de Worms ele escreveu; “Que o cristão exerça o privilégio de julgar a Palavra de Deus e a fé por si mesmo, ainda que isto lhe seja questão de vida e de morte. Porque a Palavra de Deus e a fé são propriedade de todo homem, na comunidade inteira” – Smith: Cor. 1:536. O cardeal Gibbons desdenhosamente insinua que “todo clérigo protestante, apenas emplumado, com um preparo superficial, pode imprimir o nome a qualquer coisa que se trata a si mesma como “igreja”.

O caso figurado pelo cardeal é de ocorrência possível, porque a Palavra de Deus é livre e, sendo livre, está sujeita a abuso. Ela tem sido deturpada por patriarcas das grandes sés de Roma e Constantinopla, assim como pelos não católicos, que talvez

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

estivessem no pensamento do cardeal. Tudo quanto é bom pode dar lugar a abuso e todo livro bom pode ser mal interpretado. Tem-se levantado a acusação de que os protestantes proclamam a fantasia de serem todos os homens igualmente capazes de acertar com a significação das Escrituras. Pelo contrário, eles dão tanta aos altos estudos como nenhum outro grupo humano e insistem na posse das qualificações intelectuais por parte do ministério. Mas o direito de buscar a sabedoria celestial no Livro dos livros pertence a todos e o caminho da salvação pode facilmente ser apontado por suas páginas. O assunto em questão jamais foi exposto mais lucidamente do que pela Confissão de Westminster, ao dizer que: “Conquanto todas as coisas da Escritura não sejam igualmente claras em si mesmas, nem igualmente claras para todos, todavia as coisas cujo conhecimento é necessário à salvação são tão claramente apresentadas e francas, num ou noutro lugar das Escrituras, que não só o entendido como o iletrado pode, no devido exercício dos meios ordinários, alcançar suficiente compreensão delas”. A atitude protestante é a de que, como os bereanos da antiguidade investigavam as Escrituras e foram louvados por assim procederem, assim investiguem todos os homens, por si mesmos, e que nenhuma corporação em conjunto ou indivíduo tem o direito de usurpar o monopólio de decidir qual seja a verdade cristã. “Nem o testemunho de Agostinho, nem o de Jerônimo, nem o de qualquer outro santo – como Wyclif corretamente se expressou – teria melhor aceitação do que possui o que se baseia na Escritura”. Ou, como disse ele em seu *Triologus*, “se houvesse cem papas e todos os frades se convertessem em cardeais, suas decisões em matéria de fé não mereceriam crédito, a não ser que elas se fundassem na Escritura”. Se a exposição dos costumes e das leis dos gregos se acha preservada na literatura helênica e se insiste com os homens a busca-la, lendo-a por si mesmos, porque não seriam os homens exortados a buscar o mais sagrado dos livros, que contém os ensinamentos pertinentes à vida eterna?

O cânon que nega ao indivíduo o direito de interpretar as escrituras por si mesmo, tem sido defendido com as palavras de Paulo, ao dizer que “a igreja é a coluna e o firmamento da verdade”; mas acontece que os primitivos escritores cristãos aplicaram a declaração paulina tanto aos cristãos individualmente, como à igreja, como fizeram Clemente de Alexandria e Ireneu. O próprio Paulo aludiu a Tiago e outros como “colunas da igreja” – Gal. 2:9.

Como fato histórico, a verdade que se contém nas Escrituras tem sido descoberta pelos indivíduos, exatamente como, no reino da natureza, pelos indivíduos é

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

que a verdade se tem descoberto. As sociedades científicas nunca fizeram o que fizeram Newton, Pasteur e Edison. Se indivíduos como Atanásio, Agostinho e outros tivessem sido amordaçados, estaríamos tremendamente prejudicados no que tange ao conhecimento teológico. Foram os profetas, individualmente, que, falando independentemente, disseram a Israel o em que consistia o preceito divino. O estudioso e os grupos cristãos de hoje acrescentam a seus princípios o testemunho individual desde Clemente de Roma e Justino Mártir até Tomaz de Aquino e Calvino – católicos romanos e protestantes, consistindo a diferença em os católicos romanos acompanharem certos testemunhos pelo fato de o terem feito seus pais espirituais e os protestantes os seguirem na proporção em que concordem com a página escrita da Bíblia.

Outra excusativa apresentada pelos romanistas, para que se restrinja à “igreja docente” a interpretação das escrituras, baseia-se falsamente nas palavras da segunda epístola de Pedro, 1:20-21: “Nenhuma profecia da Escritura é de particular interpretação”. A palavra “particular” – *private* no inglês – é tradução da palavra grega *idias*, que significa “próprio de alguém” como de Cristo se disse ter ele ido a “sua própria cidade”. A advertência de Pedro se dirigia contra arbitrarias e maldosas asserções nos lábios dos profetas, que eles, escrevendo sob a direção do Espírito Santo, não poderiam subscrever.²

Ainda outra justificativa se estriba nas palavras muito citadas de que Agostinho se serviu, escrevendo aos maniqueus: “Eu não creia no evangelho, se não tivesse crido na igreja”. A conclusão que se tira daí é que o escritor reconhecia que sua razão de crer nas escrituras era a autoridade da igreja. Ainda que fosse tal a intenção de Agostinho, seu testemunho não constituiria um princípio geral, a não ser que tal coisa se conformasse com os ensinamentos das Escrituras e com os ditames da sã razão. Agostinho era humano e a linha de raciocínio que ele seguiu não se aplica necessariamente aos outros. A declaração em apreço é isolada e, de outras passagens por ele subscritas, exaltando a autoridade das Escrituras, é quase certo que não pretendia dizer mais do que, pela igreja, seus exercícios e influência, fora levado a considerar a mensagem cristã com espírito desprevenido. Com igual razão poderia ter ele dito: “Eu não creia no Evangelho, se não tivesse acreditado em minha mãe, Mônica, ou ouvido a Ambrósio, ou escutado os cânticos da catedral de Milão”. A voz que Agostinho ouviu no jardim, citando a Escritura, foi a crise de sua conversão. Ele não comparava os méritos do Evangelho com a autoridade da igreja, como o claro contexto da passagem mostra. Depois de escrever

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

as palavras citadas, prossegue dizendo: “Longe esteja de mim não crer no Evangelho, porque, nele crendo, não acho meio de vos crer. Para me convencerdes, tendes de colocar à parte o Evangelho”. Agostinho não disse: “para me convencerdes tendes de colocar à parte a igreja”. Mais e mais ele insistia com os Maniqueus a lerem as Escrituras, para que verificassem se suas atitudes eram corretas ou erradas, instando por que verificassem se suas atitudes eram corretas ou erradas, instando por que descobrissem pelas Escrituras se aquelas concepções eram obra do Espírito Santo. Comentando as obras de Agostinho, Wessel observa que ele podia ter igualmente dito: “Eu não creia no Evangelho, a não ser que houvesse crido em Pedro. Assim, em meu próprio caso atual, se eu não tivesse crido, em criança, nos membros d minha família e, mais tarde, na escola, em meus professores, e finalmente, nos clérigos, não creia agora no Evangelho. Entretanto, agora creio no Evangelho mais do que creio em qualquer número de mortais”. Todos ou quase todos os Reformadores, a conhecer Lutero e Calvino, comentaram as palavras de Agostinho. *Whitaker*, p. 320-322 observou que “a autoridade da igreja pode, a princípio, dispor-nos ao conhecimento das Escrituras; mas depois, quando as estudamos a nós mesmos, concebemos verdadeira fé, não porque a igreja julgue que devemos crer, mas porque o Espírito Santo nos persuade interiormente de que elas, as Escrituras, são a Palavra de Deus”.³

§ 7. A igreja não é mestra infalível.- é difícil compreender como a igreja e mais o papa possam ser mestres infalíveis, reivindicação que é feita por ambos. A posição romanista é a de que, em matéria de doutrina e moral, está isenta de erro e nunca ensinou o que fosse falso. Gregório VII – MIRBT 146 – disse que a “igreja romana nunca errou e jamais erará no futuro, disto sendo testemunha as escrituras”. Esta afirmativa vem sendo repetida pelos sucessores de Gregório. O Catecismo Tridentino assim apresenta a teoria: “A igreja não pode errar em matéria de fé e moral, desde que é governada pelo Santo Espírito; segue-se, em consequência, que todas as outras corporações, que se arrogam o título de igreja, uma vez que são conduzidas pelo espírito maligno, devem viver nos erros mais perniciosos de doutrina e de moral”. Segundo a proposição do Catecismo Plenário, “a igreja não pode errar quando ensina uma doutrina de fé ou de moral. Uma doutrina de fé ou de moral se refere a qualquer coisa em que devemos crer para sermos salvos”. O Catecismo de pio X põe a questão em termos um tanto diversos: “A *igreja docente* não pode errar em ensinando a verdade revelada de Deus” – e cita a passagem” “O Espírito da verdade vos

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

guiará a toda a verdade” e as palavras ditas a Maria: “Salve cheia de graça! O Senhor é contigo”. Belarmino – *de eccl.* 3:14 – diz que “é absolutamente impossível à igreja errar, seja em matéria que ela nos proponha como coisa em que se deva crer, seja em coisas que se devam praticar”. É verdade que ele, prosseguindo diz: “quer essas coisas sejam expressamente declaradas nas Escrituras, quer o não sejam”. O Concílio de Trento limitou tanto o direito de interpretação, como o sentido a ser dado pelo intérprete, decretando que “ninguém, confiando em seu próprio talento, se atreva, em matéria de fé e moral, pertinente à edificação da doutrina cristã, forçando a Escritura em sua própria significação, a interpretar a Sagrada Escritura contrariamente àquela significação que a santa madre igreja – a quem pertence julgar do verdadeiro sentido e interpretação das escrituras – tem sustentado ou pode vir a sustentar, ou ainda em contrário ao consenso unânime dos Padres”. Leão XIII declarou que a igreja, sendo uma sociedade perfeita, Cristo havia de investi-la de uma função suprema de ensino. Condenando o Americanismo, assegurou que a igreja não pode errar ou ser contaminada de heresia, ou decair da fé, ou sofrer cisão. Seguindo este princípio, Chillingworth, “tornando-se papista”, disse: “Eu me reconciliei com a igreja de Roma, porque pensava ter suficientes razões para crer que houve e deve haver no mundo alguma igreja insuscetível de erro; e, em consequência, vendo que todas as demais igrejas se desinteressavam do privilégio de não estarem sujeitas a erro, ela, a igreja de Roma, devia ser aquela igreja que não pode errar” – ed. *Patrick*, pág. 64.

A pretensa garantia da infalibilidade eclesiástica se baseia nas seguintes passagens: “as portas do hades não prevalecerão contra ela”; “Eis que estou sempre convosco, até a consumação”; “Tudo que ouvi de meu Pai eu vo-lo fiz conhecer”; e, “Quando ele, o Espírito de Verdade, vier, vos aguiará a toda a verdade” – Mat. 16:18, 28:19; João 14:16, 16:13. Da passagem – “As portas do hades não prevalecerão contra ela”, é suficiente dizer que o texto promete à igreja perpetuidade, e não infalibilidade. Nas outras três afirmativas, não há promessa de que a igreja fosse infalível. Tomadas em si mesmas. Independentemente do contexto, as promessas de assistência do Espírito se limitariam aos doze discípulos; e, se todas as passagens do último discurso do Senhor, a começar de João 13:22, fossem entendidas segundo aquele princípio, então cada promessa que o mesmo discurso contém se limitaria aos doze discípulos, inclusive as palavras: “Não se turbe o vosso coração”. Mas se todo o discurso teve em vista

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

quaisquer pessoas, então a promessa de assistência do Espírito aproveita a todos os cristãos, grandes e pequenos, leigos e clérigos.

A teoria de que a igreja não pode errar choca-se com os duros fatos da história. Ela voluntariamente pecou contra o que são agora sentimentos gerais, prevalecentes através do mundo, entre os cristãos. A citação de quatro desses erros será suficiente para provar a proposição. I durante séculos a igreja deu sua aprovação à escravatura. Quando Leão XIII, em 1888, disse que a escravidão tinha sido “abolida principalmente pelos esforços benéficos da igreja cristã”, disse a verdade, mas ele podia também ter dito que a escravidão e a escravatura não foram, durante séculos, abolidos em países cristãos, e que durante a mui decadente Idade Média, teólogos e pontífices romanos justificaram positivamente a escravidão e deram licença a reis e exércitos para escravizarem seus prisioneiros. Tomaz de Aquino defendeu a instituição sob o fundamento da queda de Adão e declarou que a descendência perpetua as entranhas, já que a progênie recebe sua substância de mãe. Clemente V, 1309, instruiu os sitiantes de Veneza no sentido de transformarem os prisioneiros em escravos. Em 1577, Las Casas conseguiu a lei segundo a qual cada um dos residentes espanhóis das Índias Ocidentais podia importar doze escravos negros. Os Padres não pronunciaram uma só palavra em prol da abolição da escravidão e contra ela nenhum papa legislou. II. Por mais de dois séculos a igreja aprovou as Cruzadas, que eram guerras. Bernardo expressou a opinião de seu tempo, no assegurar que “é melhor que os pagãos morram, antes que permaneça o domínio dos iníquos sobre a possessão dos justos. Os justos não temem o pecado de matar o inimigo de Cristo. O soldado de Cristo pode seguramente matar e mais seguramente morrer. Quando morre, colhe proveito; quando mata, beneficia a Cristo”. III. A igreja aprovou a queima de heréticos. IV. Ela aprovou manifestas deturpações das Escrituras, aceitando ensino de líderes eclesiásticos e doutores da igreja. O cântico de Salomão oferece um exemplo que dificilmente pode ser desmentido. Os escolásticos nele encontraram descrições proféticas e explícitas da igreja cristã, que Bonifácio VIII e outros papas adotaram. A esse respeito também erraram alguns protestantes, como nosso teólogo de Boston, João Cotton; e Whitaker, p. 32, que julgou que podia provar que o Cântico pertence ao cânon, em razão de que suas descrições tropicais teriam sido “comparações prodigiosas e absurdas”, se Salomão houvesse desejado apenas louvar a esposa; assim, deviam elas referir-se a outro Salomão e sua esposa mística. Há séculos que a igreja sustenta que as Escrituras têm pelo menos, quatro sentidos. Contra a

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

“multiplicidade de sentidos”, defendida por Eck, de acordo com a teologia medieval, Lutero sustentou “um claro e único sentido”, tendo sido acompanhado pelos outros Reformadores.

A despeito dos fatos da história, é difícil compreender como podia o cardeal Gibbons exclamar que “é muito estranhável que a Igreja Católica deva pedir desculpas ao mundo por simplesmente declarar que ela diz a verdade, toda a verdade e coisa alguma exceto a verdade!” Ele desafiou a quem citasse um único caso de erro. Lutero escreveu a Leão X – ed. *Weimar*, VII: 86 – que o dogma da infalibilidade da igreja em matéria de fé é uma fantasia. O dogma foi posto à margem pelos XXXIX Artigos, quando estatuíram que, “como as igrejas de Jerusalém, Alexandria e Antioquia erraram, assim também a igreja de Roma erra, não só em seus costumes e cerimônias, mas também em matéria de fé”. Segundo se expressa a Confissão de Westminster, “as mais puras igrejas debaixo do céu estão sujeitas à corrupção e ao erro”. Se a igreja fosse infalível, é impossível compreender porque os dogmas que dizem haver sete sacramentos e ser o papa infalível, não fossem publicados antes de 1439 e 1870, respectivamente. A infalibilidade reside nas escrituras e o guia infalível de sua interpretação é o Espírito Santo. É missão do Espírito Santo guiar na verdade tanto indivíduos, como grupos particulares de crentes, ou toda a igreja. Certas pessoas têm conhecido individualmente mais do que Concílios. Algumas vezes temos “Atanásio contra o mundo”. O critério final foi assim estabelecido pela Confissão de Westminster: “A completa persuasão e certeza da verdade infalível da Escritura procede da obra interior do Espírito Santo, testificando pela Palavra e com a Palavra em nossos corações. Isto significa que o cristão, individualmente, buscando conhecer a verdade, tem o soberano direito de orar, para que o Espírito Santo lhe ensine qual seja a verdade divina.

§ 8. A igreja não é uma instituição salvadora.- O costume de chamar à igreja “nossa mãe” e “nossa santa mãe”, facilmente engendra a superstição de que a ela pertence real maternidade e que os cristãos são por ela gerados nas experiências salvadoras, como os filhos são gerados pelos pais em relação ao mundo. As palavras de Cipriano encorajaram a suposição de que a igreja fosse uma personalidade salvadora, embora tivessem sido empregadas, indubitavelmente, em sentido figurado: “Ninguém pode ter a deus por seu Pai, se não tiver a igreja por sua mãe. De seu ensino nascemos,

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

somos nutridos por seu leite, por seu espírito somos vivificados” – *habere non potest deum patrem qui eccles no habet matrem* – de unit.⁵

Agostinho seguiu a mesma linha, quando falou da “mãe igreja que gerou Abel e Enoc, Noé e Abraão, e também a Moisés e os profetas, os Apóstolos, Mártires e todos os bons cristãos... A igreja que gerou Caim e Ismael e Esaú, é a mesma que gerou Dotam e outros”. João Huss, em seu primeiro período, comentando as *Sentenças* de Pedro Lombardo, p. 469, tratou a igreja como “nossa querida mãe e mãe digníssima dos eleitos”, e recomendou “filial obediência ao pai e mãe, isto é, a Cristo e à Igreja”. O Quarto Concílio Lateranense, citado por Leão XIII em sua encíclica sobre a Unidade da Igreja, afirmou que “a igreja romana recebeu, por ordenança de Deus, superior autoridade como mãe e mestra de todos os fiéis de Cristo” – e o mesmo Leão disse que “os que desejam ser contados entre os filhos de Deus, devem ter a Cristo como seu irmão e, ao mesmo tempo, a igreja como sua mãe” – *Obras*, VI: 179, 189. A profissão Tridentina exige que os sacerdotes aceitem “a santa igreja Católica, apostólica e Romana como mãe e mestra de todas as igrejas”. Os Decretos Vaticanos aludem a “filhos da igreja católica” e a “doutrinas que nossa santa mãe igreja ensina”. Tal linguagem somente pode ser usada figuradamente. Paulo se refere a Timóteo e a Tito como seus filhos e ao mesmo tempo alude a Tito como seu irmão, II cor. 2:13. Quando João fala da “esposa do Cordeiro”, é claro que fala metaforicamente, porque imediatamente a identificou como “a grande cidade que desce dos céus”. Se a igreja e o Reino de Deus forem uma e a mesma coisa, o ser depois o Reino de Deus nossa mãe será de evidente falsidade. Policarpo, escrevendo aos Filipenses, fala da “fé, que é a mãe de todos nós”.

O perigo que há em usar-se do nome de “mãe”, em referência à igreja, foi com frequência apontado por Wyclif e Huss.⁴ Apesar das explicações que fizeram, o cardeal Sadolet, em sua Carta aos Genebrinos, convidando-os a regressarem ao caminho antigo, escreveu que “a igreja nos regenerou para Deus – *nos regeneravit* – em Cristo, sustenta-nos e confirma-nos, instrui-nos no tocante ao caminho através do qual podemos alcançar o céu, sobre o que pensar, em que por nossa esperança e em que se há de crer”. Se o cardeal houvesse substituído a igreja pelo Espírito Santo, como agente realizador daqueles frutos, teria falado como falaram os Apóstolos. Calvino tratou do “título vão e falso – igreja”, e com os outros Reformadores mostrou a decepção a que o espírito está exposto, quando a igreja é chamada “nossa mãe”, a ela atribuindo

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

qualidades fictícias e atributos que só pertencem ao próprio Deus. A igreja não concede vida: concede-a Deus. As palavras de Cristo não foram “Ide à igreja e achareis descanso”, mas “Vinde a mim e achareis descanso”. O Novo Testamento não se refere ao cristão como nascido da igreja, mas nascido de Deus, da água e do espírito, de semente incorruptível, pela Palavra de Deus e de cima – João 3:8; I João 4:7, 5:18; I Ped. 1:23. Quando Paulo, escrevendo aos Coríntios, disse que os havia “gerado pelo Evangelho”, e quando disse a Onésimo que o havia “gerado em suas prisões”, pretendia dizer que, mediante seu ensino e persuasão, havia conduzido aquelas pessoas a Cristo, como André havia conduzido Pedro, seu irmão, ao mesmo Cristo. A igreja não salva. Cristo é quem salva. A igreja é um sanatório em que os enfermos estão sendo curados pelo grande Médico e pelas ministrações do Espírito Santo. Quando Cipriano disse - *ep. 70*: - “Tu crês na vida eterna e na remissão dos pecados através da santa igreja” – *per sanctam ecclesiam* – realçou o meio comum pelo qual os homens são levados a Cristo e edificados nele, mas não o único meio, sendo Paulo exemplo disto. Pela direção de uma só homem e através do estudo particular das páginas abertas da escritura, assim como por meio dos serviços religiosos das igrejas, alguns homens foram escolhidos por Deus, que os iluminou e os chamou das trevas espirituais para a luz. Foi uma voz interior que levou Agostinho e Calvino à obediência de Cristo. Através do Espírito Santo, que opera quando e como lhe apraz, alguns homens nasceram no Reino de Deus. O Senhor não agregou “à igreja” os que estavam para ser salvos, como traz a Versão Autorizada – Atos 2:47. – Ele agregou ao número dos crentes os que se iam salvando.

§ 9. As marcas da igreja.- As chamadas *marcas da igreja*, que se fizeram famosas através do cardeal Belarmino, foram estampadas uns tantos sinais ou feições pelos quais a verdadeira igreja, que é a comunhão romana, pode ser reconhecida. Conforme foi elaborada pelo cardeal, a matéria comporá quinze capítulos. Por mais de um século aquelas marcas constituíram objeto de muita controvérsia. Aqui são elas resumidamente enumeradas, para demonstrar quão prontamente o grande controversista tomou falsidades como fatos e quão facilmente deu crédito a correligionários fanáticos, no tocante a milagres e santidade. O cardeal inicia sua exposição, reproduzindo as sete marcas da igreja apresentadas por Lutero: - a pregação do Evangelho, a administração adequada do batismo, a eucaristia, o legítimo uso das chaves, um ministério válido, oração pública e cânticos em linguagem compreendida pelo povo, contrição interior demonstrada por meio de obras exteriores.

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Os quinze sinais do cardeal são os seguintes: 1. O nome “católico”. 2. A antiguidade da igreja romana. 3. Sua existência ininterrupta a partir dos Apóstolos, enquanto que os luteranos datam de 1517, os zwinglianos de 1525 e os calvinistas de 1538. 4. Amplitude, isto é, o número de fiéis, abrangendo todos os lugares, todas as nações, todas as raças. 5. Sua sucessão de bispos, desde os Apóstolos. 6. A harmonia doutrinária de suas partes, contrastando com os Pelagianos, Arianos, Luteranos, Calvinistas, Schwenckfeldianos e Puritanos, todos os quais – alega o cardeal – se têm discordado entre si e uns dos outros. 7. Sua união e paz sob um chefe – o pontífice romano. 8. Sua santidade de doutrina, não se encontrando nos credos romanos nada de falso ou corrupto. Licurgo elogiou o adultério, Platão tomou medidas tendentes à posse comum das mulheres, os Anabatistas permitiram ao homem desposar a irmã de sua esposa. Os Calvinistas ensinaram a eleição separada da livre vontade e que Deus é autor do pecado. “Nossa verdadeira igreja”, afirmava o cardeal, “não divulgava torpeza e coisa alguma contra a razão”. 9. Eficiência para a conversão. Os hereges jamais converteram nenhum pagão ou judeu, embora muitos judeus vivam entre os protestantes na Polônia e na Alemanha. O que todos os protestantes tem feito é levar os católicos à indiferença. Se se objetar que os heréticos arianos converteram os godos, a resposta será que aquilo não foi conversão, mas decepção miserável. 10. A santidade dos Padres primitivos, que se fizeram gloriosos pela probidade no combate às heresias. De Simão Mago para cá, os heréticos têm sido homens maus, com o vício do orgulho comum a todos eles. Lutero, Henrique VIII, Calvino, eram maus. É verdade que, na igreja católica, muitos também são maus, mas “entre os heréticos, não há nenhum que preste” – *nullus est bonus*.

11. Na igreja romana constantemente estão sendo opreados milagres. Entre as seitas faltam os poderes miraculosos. Em aparente contradição com este fato, produziram-se milagres nos corpos dos heréticos, depois da morte destes. Lutero, por exemplo, morreu no inverno e, embora seu corpo tivesse sido posto, com toda segurança, num caixão, começou a exalar tais odores pestilentos, que ninguém foi capaz de o transportar; e, os eu tentaram fazê-lo, foram forçados a soltar o caixão na estrada. 12. A profecia continua na verdadeira igreja. Lutero tentou predizer o futuro, mas em vão. Narra Cochlaeus que em 1525 Lutero declarou que, se ele se entregasse à pregação por dois anos mais, papas, cardeais, bispos, monges e missas deixariam de existir. Ele pregou por vinte anos depois de ter feito sua profecia e, ao morrer, em 1546, papas e

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

cardeais ainda floresciam. 13. O testemunho de “nossos adversários”. Os maometanos não honram a S. Francisco e o ariano Totila a S. Benedito? Não declarou Lutero que sob o papado tem havido muitos homens bons cristãos e Calvino não considerou a S. Bernardo escritor piedoso? E Bernardo era, todavia, papista.

14. A morte infeliz dos que se têm rebelado contra a verdadeira igreja. Começando de muito longe, com Faraó e Jezabel, e não omitindo Herodes, Nero e Domiciano, o cardeal fez especial menção dos hereges cristãos, desde Árius e Juliano o Apóstata, para chegar finalmente no fim miserável dos Reformadores Protestantes. Lutero, depois de ter jantado alegremente e gracejado com seus companheiros, morreu naquela mesma noite. Zwinglio tombou em combate. Ecolampadius se recolheu ao leito com saúde e na manhã seguinte foi encontrado morto. A morte de Carlstadt foi, se possível, pior. Foi morto pelo diabo. Calvino foi devorado pelos vermes, após ter invocado o demônio e proferido blasfêmias. 15. A felicidade temporal dos defensores da fé. Aí outra vez a lista começa de longe, com Abraão e Moisés, e inclui os imperadores Constantino, Teodósio e Justiniano, embora – nota o cardeal – a felicidade de Justiniano durasse apenas enquanto ele se conservou bom católico. Tornando-se herético, o imperador foi desarraigado repentinamente. No cerco de Jerusalém, 1099, conquanto os Cruzados não tivessem cavalos e muitos chefes fossem obrigados a cavalgar jumentos, ele, todavia, venceram. Nos dias de Inocêncio III, oito mil heréticos foram mortos na França, em uma só batalha. Os exércitos dos católicos suíços se bateram com os protestantes em cinco recontros, e apesar de inferiores em número, sempre saíram vitoriosos. Por milagre, Carlos V derrotou os luteranos em 1547. Na Gália e na Bélgica, embora os hereges excedessem fartamente às forças católicas, foram todavia, batidos num momento.

Passando os olhos naquelas *marcas*, a atenção do leitor é despertada pela facilidade com que o controversista circunscreve sua memória histórica aos fatos convenientes. Ele podia ter aberto um pouco mais os registros do passado. Podia ter-se detido em face da morte de certos eclesiásticos católicos romanos, como João XII e Alexandre VI, e dado alguma notícia de suas derradeiras horas. Em relação a vantagens de guerra, ele podia ter recordado que em batalha após batalha os Cruzados foram batidos e dezenas de milhares deles deixaram seus restos na Palestina ou na estrada que leva a ela, , até que seus exércitos, profundamente dizimados pelos adversários, foram forçados a abandonar por completo a empresa, em 1292. O cardeal podia ter contado

DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

que Carlos V foi também estrondosamente derrotado e na tentativa naval de Filipe II, de suprimir o regime de heresia na Inglaterra. Quanto ao ponto em que entra em cena a morte dos Reformadores, seus derradeiros momentos nada têm de miserável, desde que se leve em consideração o testemunho de pessoas presentes e de cidades inteiras.

§ 10. Conclusão.- Não há conceito que embrulhe tanto as relações entre romanistas e protestantes, como o que se envolve na palavra *igreja*. Para o protestante, a palavra significa todos os que crêem em Cristo como seu Salvador, pois que “a quantos o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus” – João 1:12. Para o romanista, a palavra significa, ora toda a comunidade como a Igreja Católica Romana; ora a hierarquia, a quem, como a uma personalidade única, foi dado o poder de fixar os dogmas de que depende a salvação e de dizer o que sejam os ensinamentos da Escritura. Em aditamento, existe a fantasia de que a “igreja” confere bênçãos espirituais como mãe, quando, na realidade, a igreja romana, como corporação integral, não significa senão “a igreja docente”, isto é, a hierarquia. Se a maternidade for atribuída à hierarquia, negar-se-á virtualmente a promessa da operação do Espírito Santo em cada crente. Clemente XI, em sua bula – *unigenitus* – declarou falsa a definição segundo a qual a igreja nada mais é do que a sociedade dos filhos de Deus – *coetus filiorum dei* – definindo ser ela “uma personalidade única”, isto é, uma instituição tangível, separada da comunidade dos crentes.

A igreja é, segundo o Novo Testamento, a família dos crentes. As notas ou marcas pelas quais a verdadeira igreja se faz conhecida, são as marcas pelas quais se revela o caráter cristão de cada indivíduo. A verdadeira igreja é toda a sociedade de verdadeiros cristãos, na qual todos podem ser justos, ou podem ser alguns justos e outros injustos. Em uma decisão sua, proferida em 1927, pronunciou-se deste modo a Corte de Apelação de Nova York: “O reino de Cristo na terra é uma comunidade de todo o corpo de pessoas fiéis a Cristo, tomadas coletivamente, todos os que estão espiritualmente ligados a Cristo, como cabeça da Igreja”. A igreja é uma camaradagem, uma combinação dos seguidores de Cristo, e não duas coisas – “a igreja docente” e “a igreja crente”. O Anabatista Adam Pastor produziu uma bela definição ao dizer que “onde existe a verdadeira fé, aí há novo nascimento; e onde há novo nascimento, aí está a igreja”.

Bibliografia e Notas

1. Straub menciona oito atributos, 2: 590, a saber: visibilidade, unidade, infalibilidade, santidade, apostolicidade, perpetuidade, catolicidade, necessidade. Em relação à unidade, um bom anglo-católico como o dr. Gore, diz: “A unidade da igreja é, na Escritura, uma unidade de vida interior, um fato invisível: nisto é que primeramente consiste sua unidade essencial” *Roman. Cath. Claims*, p. 30.

2. Erasmo, Lutero, etc. deram a interpretação de que o leitor não deve depender de sua própria compreensão, mas do Espírito Santo: Bengel e Alford interpretam que os profetas, predizendo eventos futuros, não falam pelo próprio cérebro, mas do modo por que os eventos futuros lhes são interpretados pelo Espírito Santo. Passando-se para a igreja romana, Newman, *Apol.* 189, escreveu: “Temos demasiadamente grande horror ao princípio do juízo privado, para que nele confiemos em assunto imenso, como o de mudar de uma para outra comunhão”.

3. Chillingworth observa que Agostinho se decidiu pela Bíblia contra ao Maniqueus, fundado na fama, celebridade, consenso e antiguidade. Clavino, *Instt.* 1:7 e *Ttracts* p. 39, diz que “Agostinho não tinha intenção de diminuir nossa confiança nas Escrituras em homenagem à igreja, mas somente observou que os ainda não iluminados pelo Espírito de Deus se tornam capazes de ensino pelo respeito à igreja, e assim se submetem à instrução de fé pelos Evangelhos”.

4. Wyclif escreveu que “quando o povo fala da igreja, ele quer significar o papa e os cardeais” – *de eccl.*, p. 99; *Sel. Works*, ed. Por Arnold 3:44, etc. Em sua primitiva obra sobre o Decálogo – Flajshans ed., p. 19, - Huss afirmou que o Cristão tem três mães; uma segundo a carne; uma espiritual, a igreja; e uma celestial, Maria. O dr. Briggs, em sua *Theol. Symbolics*, constantemente chama à igreja “Nossa Mãe”.